

FNA E AS ELEIÇÕES CAU 2020

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e os CAUs estaduais terão, no próximo dia 15 de outubro, a quarta eleição de sua curta história. Nas primeiras gestões, o grande desafio foi implantar, instalar e dar visibilidade aos Conselhos.

Passados quase dez anos da sanção da lei que criou o CAU, colocam-se novos desafios para o Conselho, que precisa neste e nos próximos momentos considerar a Pandemia do Coronavírus e seus múltiplos efeitos, entre os quais se destacam as deficiências das cidades brasileiras, o que torna urgente o fortalecimento da atuação profissional dos arquitetos e urbanistas.

A Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas, em diálogo com as demais entidades profissionais, reunidas no Colégio Brasileiro de Arquitetos, cuja atuação resultou da criação do CAU, acredita que as eleições CAU 2020 devem apontar para a consolidação das funções do Conselho definidas em lei: orientar, disciplinar, fiscalizar e pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício da arquitetura e urbanismo. A FNA propõe que este objetivo seja desdobrado nos seguintes eixos.

EIXO 1 – ORIENTAR

1. Intensificar o diálogo com a sociedade e com os movimentos sociais para impulsionar ações de melhorias nas cidades brasileiras;
2. Atuar no plano legal, em particular na pauta legislativa nas Câmaras Municipais, nas Assembleias Legislativas e no Congresso Nacional; e também junto aos poderes Executivo e Judiciário;

3. Apostar em ações de representatividade – ampliar e formalizar as representações perante todos os poderes públicos, entidades profissionais, ONGs e movimentos sociais.

EIXO 2 – DISCIPLINAR

1. Incentivar a formalização dos arquitetos e urbanistas empregados, garantindo boas condições de trabalho para que possam ser desenvolvidos bons projetos;
2. Promover ações de valorização dos profissionais responsáveis pela produção das cidades, desde a menor escala até os grandes projetos urbanos, por meio de estratégias para melhorias nas relações contratuais e de trabalho, a exemplo do Salário Mínimo Profissional, assim como pela valorização da arquitetura e urbanismo pela sociedade.

EIXO 3 – FISCALIZAR

1. Promover uma fiscalização adequada às diferentes realidades regionais, criando representações e escritórios descentralizados no território de sua jurisdição, na forma do Regimento Geral do CAU/BR;
2. Criar ações de fiscalização preventiva – fazendo cursos, workshops, seminários para profissionais, segmentos da construção civil e população em geral – abrindo canais efetivos de comunicação com a sociedade, segmentos organizados e profissionais, para disseminação das ações de fiscalização;
3. Criar um Banco de Dados que integre o conjunto de informações atualmente fragmentadas no SICAU e IGEO, de forma a melhorar o atendimento aos profissionais e facilitar o acesso pela sociedade aos serviços profissionais prestados.

EIXO 4 – PUGNAR PELO APERFEIÇOAMENTO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

1. Fomentar a participação dos Arquitetos e Urbanistas na economia do Estado, em especial na definição dos investimentos públicos em infraestrutura e desenvolvimento regional; lutar para que todas as prefeituras tenham profissionais arquitetos e urbanistas;
2. Incentivar o cumprimento da Lei da Assistência Técnica para habitação de Interesse Social (Athis) em âmbito local, de forma a atender às demandas de comunidades carentes em diferentes municípios, estudando a adoção de políticas de compensação tributária e incentivos fiscais para o fomento da Athis;
3. Lutar pela implementação do Estatuto das Cidades e do Estatuto da Metrópole, com aplicação do arcabouço legal referente ao desenvolvimento urbano;
4. Incrementar ações visando à oposição a à adoção exclusiva do Ensino a Distância para graduação profissional em Arquitetura e Urbanismo;
5. Investir em ações com as entidades profissionais visando à prospecção e análise das tendências futuras do exercício profissional e suas implicações para a sociedade e para os profissionais.

À definição de eixos para o debate e mobilização da categoria, somam-se os compromissos dos candidatos a Conselheiros para o próximo mandato, no tocante à ética, à organização de chapas e à orientação das condutas dos futuros conselheiros no âmbito da gestão dos Conselhos Estaduais e Conselho Federal.

PRINCÍPIOS DE ÉTICA E DISCIPLINA DA CLASSE

1. Zelar por ações nas quais fique explícito que um bom e completo projeto pode dirimir dúvidas e impedir processos de corrupção. O Regime Diferenciado de Contratações (RDC), proposto para “acelerar e baratear obras públicas”, na verdade, é uma armadilha que, ao permitir licitação sem projeto completo, abre espaço para corrupção, obras inacabadas e lavagem de dinheiro;
2. Coibir ações obscuras em que profissionais se aliam ao mercado em detrimento das necessidades técnicas do projeto, como no recebimento de comissões por fornecedores – Reserva Técnica.

ORIENTAÇÕES PARA A MONTAGEM DAS CHAPAS

1. A chapa deve tentar representar o universo de profissionais:
 - a. Equidade de Gênero: Mínimo de 50% de mulheres, alternando a representação dos gêneros na ordem de composição;
 - b. Representatividade: Trazer diversidade de setores de trabalho – professores, profissionais liberais, profissionais com vínculo empregatício, empresários, funcionários públicos, etc.;
 - c. Regionalidade: Capital e interior – deve expressar a representação dos arquitetos e urbanistas das diversas regiões do Estado;
 - d. Diversidade Geracional: Deve unir profissionais de diferentes gerações, aproveitando a experiência dos mais antigos e o vigor de novas ideias dos jovens profissionais;

2. A formação de chapas deve permitir a renovação da composição dos Conselhos, impedindo a perenização de mandatos;
3. Os candidatos a Conselheiros devem se comprometer com a transparência nas decisões e na gestão dos recursos do Conselho – tanto em custeio, quanto em investimentos, de forma a deter a escalada dos valores consumidos pela gestão interna dos conselhos, em detrimento da aplicação dos recursos em suas atividades fins. É preciso disponibilizar condições adequadas de trabalho para os profissionais que atuam na linha de frente dos conselhos.